



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

8 Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Auditório nº 2 do Ibama Sede –
9 Brasília/DF, foi realizada a 10ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de
10 Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente do CIF, Suely Mara
11 Vaz Guimarães de Araújo, cumprimentou todos os presentes e deu início aos trabalhos com a leitura da Pauta
12 da reunião. Em seguida, fez pronunciamento acerca dos informes gerais, apresentando os novos membros do
13 CIF. Os presentes se apresentam, conforme as Portarias de nomeações publicadas. A Presidente cita possíveis
14 ajustes no TTAC. Dentre as novidades, menciona o acordo preliminar entre MPF e empresas, noticiado nos
15 jornais, entretanto ainda não há acordo quanto a parte procedimental. A Presidente prevê a possibilidade de
16 discussão quanto ao funcionamento das CT's na presente reunião, buscando uma uniformização do trâmite,
17 para padronizar a atuação das CT's, para todas funcionarem do mesmo modo, inclusive com relação às
18 deliberações. Aponta para a necessidade de criação de conjunto de regras para funcionamento. Próximo item
19 da pauta: CT SHQA. A coordenadora da CT inicia apresentação resumindo o que foi feito desde a 9ª reunião
20 do CIF, em dezembro, para atualizar os novos membros. Discorre sobre a composição da CT, da origem dos
21 membros e informa que foram recebidos nove documentos para análise, enviados pela Fundação Renova.
22 Discorre sobre o fato de que no dia 21 de dezembro haviam trinta pessoas presentes na 2ª reunião
23 extraordinária da CT, e que mais oito reuniões foram realizadas em janeiro. A apresentação busca o
24 nivelamento de todos os membros do CIF, informando que são três programas principais dentro da CT. Em
25 cumprimento da Deliberação 41, aprovada na última reunião do CIF, que substituiu a Deliberação 21, foi
26 realizado o workshop com os Prefeitos, satisfatoriamente. Na 7ª reunião da CT foi elaborado documento
27 levado ao workshop. Em 05/02/2017 serão enviados Ofícios aos municípios da área ambiental 2. A minuta
28 do ofício é apresentada, para encaminhamento por delegação do CIF, anexa à proposta de deliberação. Em 11
29 de janeiro houve reunião sobre o plano para o período chuvoso, com base na deliberação 33. Em 24 de
30 janeiro, versou sobre a água tratada na região, assunto não tratado explicitamente no TTAC, apenas na
31 cláusula 109, genericamente. Aponta para a necessidade de ação em conjunto. **Proposta de criação de um**
32 **grupo de "whatsapp" para os Coordenadores das CT's.** Sugestão de incluir na cláusula 171, o Programa
33 de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de água, para a CT SHQA em conjunto com outras CT's.
34 Enaltece o monitoramento da água tratada como checagem do bom funcionamento das ETA's. Informa sobre
35 as próximas reuniões: em Vitória com a AGERH, para análise do PMQOS, nos dias 06 e 07 de fevereiro.
36 Destaca o Informativo Semanal do Doce, divulgado nos sites de diversos órgãos. Apresenta o calendário
37 anual da CT SHQA. Apresentação da tabela de análise dos documentos recebidos pela Renova, com o
38 respectivo prazo e o responsável pela análise. O Relatório anual de 2016 está sendo elaborado e será
39 disponibilizado para o CIF e todos as outras CT's. Por fim, destaca o acompanhamento das obras em
40 andamento e a articulação com os prestadores de serviços. O representante da Sedurb/ES, requer atestado da
41 qualidade da água feito por órgão federal, pois existe insegurança da população para a utilização da água
42 tratada captada no rio Doce. Em Governador Valadares, a população prefere consumir água de captação
43 alternativa. Verifica-se a necessidade de realização de workshop até março. Em seguida a coordenação da CT
44 de Economia e Inovação traz relato do segundo semestre de 2016. Em janeiro foram realizadas novas
45 reuniões com a Renova sobre os Programas, resultando em documento a ser firmado, acordo de cooperação
46 técnica entre FAPEMIG, FAPES e RENOVA, visando parceria para fomento e financiamento da produção de
47 conhecimento. Termo de cooperação prevista para segunda quinzena de fevereiro (PO15). Continuando a
48 exposição dos Programas, segue o de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PO16), com
49 realização de painel técnico na água doce e outro na água salgada, previstos para 10 de fevereiro, no ES.
50 Apresentação do Convite da Renova para chamada de todos os envolvidos. O Programa de Retomada das
51 Atividades Agropecuárias (PO17) contempla noventa e quatro propriedades, podendo ainda aumentar esse
52 número. Proposta do índice de sustentabilidade em agrossistemas – ISA, para desempenho das propriedades,
53 quanto à recuperação. Avaliação técnica será realizada pela CT, e o índice posteriormente aprovado pelo CIF
54 como oficial para o Programa específico. A metodologia será aplicada para toda a bacia do Doce. O ISA foi
55 desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais. Meta de alcançar a média 0,7, levando em conta os aspectos

Assinatura

56 socioeconômicos e ambientais, estendendo-se desde a barragem até a foz no ES. **Importante que essa**
57 **questão seja discutida em conjunto com a CT FLOR. Solicitação da coordenadora da CTSIIQA, com**
58 **base na cláusula 180, constar em ata, por se tratar de áreas de irrigação.** Pedido de que a CTEI analise
59 isso também, pois a Renova ainda está analisando. Representante da Semad/MG, esclarece que o ISA
60 decorre da Zona Ambiental Produtiva – ZAP. Elaboração de NT em conjunto. **Sugestão de criação de**
61 **plataforma única para acompanhamento de todos os Programas, com informações de tudo que está**
62 **acontecendo, cada vez mais com novos projetos. Será gerada senha para os membros acessarem. Sugestão**
63 **bem aceita pelo CIF. Crítica à Renova quanto ao tratamento dos pescadores do Espírito Santo,**
64 **principalmente quanto as ações de curto prazo. Pedido para CTEI acelerar análise com relação a pesca no**
65 **ES, devido a urgência e especificidade da situação econômica do ES. Contraproposta da Renova será**
66 **apresentada na próxima reunião, no dia 10. Importância da presença no painel. Pedido para se pautar na CT a**
67 **piscicultura em propriedades rurais. CTBio em discussão junto ao IFES quanto às alternativas de criação de**
68 **peixes em tanques. A proposta de tanques de redes não foi aceita pela CTBio. A CTEI irá analisar**
69 **propostas de curto prazo para atendimento da situação econômica dos pescadores.** Ressalva de que
70 haverá verificação de pescadores cadastrados para não haver redundância dos programas. Em seguida, foi
71 exposto o Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional (PO18), que busca linhas de
72 crédito junto ao BDMG. Discussão sobre abrangência do programa, sobre quais municípios serão
73 considerados como mineradores, para diversificar a economia. Secretária da Presidência ressalta sobre o
74 Município de Anchieta/ES, que mesmo sendo minerador, não está previsto no TTAC. O impacto em Anchieta
75 não é ambiental, apenas econômico. A Samarco não aceitou a inclusão de Anchieta à época, pois não foi o
76 acidente em si que afetou o município, mas sim a parada das operações da Samarco para o “beneficiamento
77 de minério”. Distância de 140 quilômetros da foz do rio Doce. O TTAC pode ser ajustado. Caminho mais
78 simples é o convencimento do juiz, que possui interesse em homologar TTAC aperfeiçoado. Procurador da
79 PFE/IBAMA, explica a situação jurídica das ações judiciais e do próprio TTAC. PO18 é primordialmente
80 para municípios mineradores ligados ao evento, todavia exista uma imprecisão conceitual. O debate voltará à
81 pauta da CTEI no dia 08/02, sobre quais municípios serão considerados mineradores e contemplados no
82 PO18, conforme cláusula 129. O Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios (PO19), abrange
83 cento e quarenta e cinco empreendimentos, os quais serão atendidos. No Programa de Estimulo a
84 Contratação de Mão de Obra Local (PO20), houve discussão sobre área de impacto direto e indireto. O
85 conceito de local é vago, devendo ser definida a área para contratação. A Renova requer que escopo seja
86 aumentado, para que sejam contratos em região próxima. Discussão sobre a cláusula 134 do TTAC. Quanto
87 ao Programa de Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários (PO42), restou decidido que os gasto
88 públicos serão os últimos a serem ressarcidos (Prefeituras, Estados e União). Na última reunião do CIF, os
89 prefeitos pediram que fossem antecipados. Renova prevê para o ano de 2017 a validação dos critérios para o
90 ressarcimento com a juntada da documentação para comprovação dos gastos, para estimativa do valor. O
91 representante da Sedurb/ES afirma que, no início do projeto, foi pactuado que primeiramente seriam
92 atendidos os atingidos e meio ambiente, posteriormente o Poder público. Ressalta-se a alternativa de
93 ressarcimento aos órgãos públicos antecipadamente, diante da crise econômica, para que não seja
94 inviabilizado o acompanhamento dos programas e demais monitoramentos. Ernest & Young fará proposta de
95 auditoria para ressarcimento dos Municípios. A CTBio informa a possibilidade de ressarcimento via cláusula
96 181, para estudos, tais como por gastos com embarcações para coleta e pesquisa no mar, que custou cerca de
97 quatrocentos mil reais. A Presidente do CIF solicitou que o CIF seja informado sobre isso, destacando que o
98 CIF não validará os gastos dos municípios. A validação poderá ser sobre a metodologia para ressarcimento
99 dos municípios. CTEI objetiva colher o máximo de informações quanto aos gastos. Apresenta perspectivas e
100 cronograma para 2017. Apresenta fotos aéreas das obras e do rio doce. Relatório escrito distribuído na
101 reunião. O próximo item da pauta é a apresentação da CT Comunicação. Três reuniões foram realizadas, a
102 partir de setembro de 2016. A próxima reunião será dia primeiro de fevereiro. Durante o relato das
103 atividades, aponta-se para a necessidade de se conferir voz aos atingidos. A transversalidade da CT
104 Comunicação com as demais CT's é enaltecida, com proposta de informação qualificada, esclarecida e
105 simples, principalmente nos assuntos mais polêmicos, proporcionando o diálogo entre a Renova e a
106 sociedade, tendo em vista a necessidade de se mostrar e divulgar o que está acontecendo, de uma forma mais
107 direta e acessível à população. Ressalta-se a importância da comunicação do CIF, com linguagem de fácil
108 compreensão, do que está sendo tratados nas CT's e no CIF. Quando se completou um ano da tragédia, foi
109 massivamente noticiado de que nada estava sendo feito, enquanto na realidade haviam diversas ações e
110 programas em andamento. Sugestão de elaborar estratégias em conjunto com as assessorias de comunicação
111 dos governos estaduais. Proposta de assessoria de comunicação do CIF e de se realizar um **resumo mensal**
112 **das ações das CT's.** As assessorias de comunicação dos órgãos envolvidos devem participar e auxiliar a CT.

Amey

113 A população em geral anseia por saber o que realmente está acontecendo. Às treze horas, a reunião foi
114 suspensa para o almoço, sendo retomada às quatorze horas. Próximo item da pauta, a apresentação do
115 Fluxograma: Governança de Atividades/Projetos da Fundação Renova. Sujeito a sugestões, para
116 consolidação por meio de Deliberação do CIF. Cada CT está atuando de forma diferente com relação aos
117 trâmites, e não quanto ao conteúdo, havendo assim a necessidade de padronização. Apresentação detalhada
118 do fluxograma. Explicações sobre o Conselho Curador. Atribuições do CIF e das CT'S, a qual se manifesta
119 por meio de NT, assessorando o CIF, que decide. A secretaria do CIF recebe todos os documentos das CT's.
120 As notas técnicas elaboradas pelas CT's devem retornar ao CIF para deliberação e posteriormente ser
121 enviada para a Renova. As CT's produzem nota sobre os indicadores, por exemplo, mas que devem ser
122 aprovados pelo CIF. A Renova propõe que sejam feitos relatórios mensais sobre o progresso dos projetos e
123 atividades. Quando forem concluídos, serão remetidos à auditoria, para auditar os resultados, apesar de estar
124 sendo acompanhado desde o começo. A Secretaria Executiva do CIF recebe demanda das CT's para se
125 pronunciarem sobre determinado assunto. A formalização e a decisão final devem ser feitas pelo CIF, o qual
126 deve ter, no mínimo, ciência de todas as atividades. A representante da Semad/MG compartilha o
127 posicionamento, ressaltando a importância do alinhamento deste fluxograma com os coordenadores das
128 CT's, e destacando que alguns futuros problemas podem ocorrer caso o fluxograma não seja cumprido, tais
129 como a competência dos órgãos ambientais e a decisão de CT's que afetam o orçamento geral. Presidente
130 afirma que o fluxograma será aberto para discussão novamente no segundo dia. A representante da Casa
131 Civil sugere que, devido à demora para formalização da ata, que ao final do segundo dia de reuniões
132 do CIF, seja dado os encaminhamentos em documento separado. Presidente entende que esse
133 procedimento pode ser adotado provisoriamente, visto que o Secretário sozinho não consegue atender todas
134 as demandas e ainda formalizar a ata. Presidente informa que foi realizada seleção interna no Ibama para
135 escolha de servidores para apoiar a secretaria executiva do CIF e, em breve, será resolvido. Na sequência da
136 pauta, o representante da CTSHQA apresenta a minuta de Deliberação da CT, sobre os Programas de
137 tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. Os municípios devem apresentar os pleitos ao CIF
138 para apreciação e posterior indicação para a Renova. Dos 500 milhões de reais, 450 milhões são para
139 tratamento de esgoto (90%) e 50 milhões (10%) para resíduo sólido, podendo ser flexibilizado caso o
140 município já tenha tratamento e destinação satisfatória. Explicação sobre o teto destinado aos municípios e o
141 fundo de participação dos municípios (FPM), conforme decisão normativa do TCU. Mariana e Barra Longa
142 são os dois municípios prioritários. Na sequência, Governador Valadares, Linhares e Colatina receberão 10%
143 do montante, já subtraído Mariana e Barra Longa, divididos respectivamente entre os três municípios em
144 percentuais de 50%, 25% e 25%. Em seguida, os recursos serão distribuídos entre os demais municípios com
145 base no índice proposto. Os quatro municípios que possuem índice acima de 90% para destinação e
146 tratamento de esgoto, terão dedução de 50% do valor destinado, que será repassado para Governador
147 Valadares, Linhares e Colatina, no mesmo percentual supracitado. Houve erro nos dados de Timóteo e Raul
148 Soares. A tabela de teto dos municípios será substituída para correção dos dados novos, mas as diferenças
149 serão pequenas. Todos os municípios atingidos devem receber uma quantia. A tabela não é de divisão de
150 recursos, mas de valores máximos que podem ser recebidos por cada um. Com relação a proposta de busca
151 de mais de recursos fora dos 500 milhões de reais, isso ocorrerá paralelamente e de maneira complementar
152 ao programa da CTSHQA, junto ao BNDES. Ampla discussão sobre o tema com a participação dos prefeitos.
153 Aponta-se para as parcerias público-privadas. O foco e objetivo de todos é a melhoria do rio Doce. Ausência
154 de um plano conjunto da bacia do rio Doce. Questionamentos quanto a eficiência na aplicação do recurso em
155 cada município e qual o impacto positivo futuro dos planos e projetos de cada um. Representante do CBH-
156 Doce sugere proposta de que a Renova ajude os municípios com apoio técnico para dar eficiência aos
157 projetos, com um projeto global de despoluição do rio Doce. Enaltece a construção do acordo entre os
158 municípios, que deve ser consolidado. Presidente lê a cláusula 169. Continuação da apresentação da minuta,
159 no item 5, que prevê o compromisso formal garantindo operação e manutenção das novas estruturas, por
160 parte dos municípios. Em seguida, as prioridades para o esgotamento são expostas, na ordem de 1 a 5.
161 Depois, as prioridades para os aterros sanitários, na ordem de 1 a 4. Logo após, os critérios de desempates
162 entre as prioridades são lidos. Tecidos os últimos comentários sobre a minuta. Necessidade de ato formal do
163 município destinatário para repassar recursos para o consórcio. Destaca-se que haverá **consulta jurídica**
164 **com relação a esse repasse, junto a PFE/IBAMA.** Presidente requer que CT providencie texto de hoje para
165 amanhã com flexibilidade e que priorize as soluções regionais. Próximo item da pauta, CT Rejeitos,
166 representada pelo coordenador, via videoconferência. Apresentação das ações emergenciais e prioritárias,
167 que devem ser finalizadas até o fim de 2017. Cláusula 154, prazo já expirado. Estruturas das barragens de
168 Germano, UHE Risoleta Neves, Fundão, entre outras, também são analisadas. Exposição das estruturas
169 remanescentes e as ações de recuperação. Informações sobre a nova barragem de Santarém e Diques de

Aurely

170 contenção provisória, S1, S2, S3 e S4, que atrasaram. Coordenador informa que a turbidez da água melhorou
171 bastante após implantação do S3, conforme gráfico. Evento controlado na fonte, não existindo mais
172 exportação de resíduos pesados para o meio ambiente. Período chuvoso passado foi abaixo do esperado, o
173 que facilitou a desobstrução e recuperação inicial de mais de 60 afluentes. Aponta que UHE Risoleta Neves
174 funcionou como divisor de impactos, nas regiões afetadas a montante e a jusante, pois o reservatório
175 amorteceu a onda de lama, sendo área de depósito dos sedimentos. Afirma que somente com o barramento A
176 é possível a dragagem de 400m conforme a cláusula 150, mas sequer foi efetivamente iniciado. Grande
177 exposição de fotos e imagens aéreas para a devida explicação. Barramento B, com previsão de ficar pronto
178 em dezembro, foi adiado para março. Barramento C sem previsão de cronograma. Os três barramentos estão
179 atrasados. Apresenta a tabela de ações: reforço de estruturas e contenção de sedimentos na fonte. A
180 Deliberação 13 do CIF negou pedido da Samarco para aumentar o prazo da dragagem e ordenou
181 cumprimento do TTAC. **Encaminhamento: configuração de não atendimento da cláusula 150, com**
182 **penalidades da cláusula 247, com multa e multa diária por descumprimento, assim como definição de**
183 **novo prazo.** CIF deve decidir a questão. A transferência da responsabilidade das obras da Samarco para a
184 Renova durou cerca de dois meses. Presidente afirma que a multa prevista no TTAC deve ser aplicada, visto
185 que não há justificativa de força maior que impossibilitou a realização das obras. Aplicação da multa prevista
186 no TTAC no valor de um milhão de reais por item descumprido e multa diária de 50 mil reais, até que as
187 obras sejam concluídas ou novo prazo seja estabelecido. A outra cláusula é a 154, que foi cumprida
188 parcialmente. O atendimento integral se caracterizaria pela contenção total até a UHE Risoleta Neves, sem
189 que haja a remobilização contínua dos rejeitos. Sugestão de não aplicação da multa diária, para esse segundo
190 caso. Procurador da PFE/IBAMA informa que o CIF é quem decide pelas aplicações das multas. O não
191 cumprimento acarreta na notificação prevista na cláusula 247, com prazo para defesa e reanálise do caso,
192 imputando na imposição ou não da multa. A notificação no caso da dragagem já foi realizada. Proposta de
193 tratamento diferente para os dois casos. No caso da cláusula 150, considerado como já cumprido o
194 contraditório, será aplicada a multa. No caso da cláusula 154, a Samarco será notificada e abrirá prazo para
195 apresentação do contraditório. A redação para a deliberação será feita pela CT, nos dois casos, sendo uma
196 deliberação para cada um, a primeira para imposição da penalidade e a segunda para notificação. Na
197 sequência da pauta, a coordenadora da CTOS apresenta, abstando-se de fazer o relato das atividades em
198 razão do tempo. São apresentados os quatro critérios para recebimento do benefício, de acordo com as
199 cláusulas 137 e 138 do TTAC. São eles: renda impactada, comprovação de impacto, comprovação do ofício e
200 não retorno às atividades. Apresenta gráficos sobre os casos dos inelegíveis, que somam 55% dos dois mil e
201 setecentos casos, em nova reavaliação. Apenas 9% são elegíveis e 37% ainda a verificar. Mil e oitocentos
202 casos realmente não são elegíveis conforme análise da CT. Noventa e quatro casos são de elegíveis. Em
203 cento e cinquenta e oito casos houve dúvidas da CT, que serão apresentados em três grupos distintos. Os
204 demais casos serão reanalisados pela Fundação e enviados novamente. As principais dúvidas são relativas
205 aos trabalhadores e donos de areais, contando com sessenta e cinco pessoas, sem emprego em alta
206 vulnerabilidade. O segundo grupo de dúvidas é referente ao comércio em Linhares, somando cinquenta e seis
207 pessoas, devido à baixa do turismo na região. E o terceiro grupo foi separado em razão da determinação
208 geográfica, com trinta pessoas afetadas, mas que estão localizadas fora da área de proibição da pesca, mas
209 que são envolvidas com a cadeia da pesca e com suas rendas impactadas. NT 10 apresentada. Dos noventa e
210 quatro casos considerados elegíveis pela CT, trinta e seis foram considerados elegíveis também pela Renova.
211 Encaminhamento da CTOS de que as noventa e quatro pessoas sejam consideradas aptas a receber o auxílio,
212 pelo CIF. Discussão sobre os três grupos de dúvidas. Com relação ao areal, a alegação da Renova é de que
213 eles foram atingidos indiretamente, pois quem foi impactado é a empresa, e não os empregados. Assim, a
214 empresa deve ser indenizada e pagar os direitos trabalhistas aos empregados. Há dúvidas quanto a legalidade
215 da empresa e a formalidade do registro dos trabalhadores. A CT ainda não adotou posicionamento final.
216 Sobre determinação geográfica, no caso de pescadores e marisqueiros fora de proibição da pesca, a CTBio
217 ainda não analisou a questão pela escassez de informações, mas na próxima semana serão enviados novos
218 dados. Mesmo assim, será necessário um novo estudo mais aprofundado. Com base nos estudos realizados só
219 poderá ser apontado até onde a pluma tocou. A área de risco fora da zona de proibição sofreu impactos no
220 consumo do pescado. Coordenador da CTBio ainda levanta a questão de que a pluma está se movendo, então
221 ela poderá tocar algum ponto e recuar ou ir adiante. Existe diferença entre área impactada pela pluma e as
222 pessoas impactadas economicamente. Possibilidade de pedido para a Renova cadastrar novas pessoas fora da
223 área de proibição e que provavelmente foram impactadas. O TTAC cita apenas uma localidade do município de
224 Araçuz, e todas as demais áreas do município ficaram de fora do TTAC, mas que a CTOS aponta que
225 também foram impactadas na renda. CTBio requer liberdade para inferência com base na NT da Defensoria.
226 **Encaminhamento: votar pelo pagamento do auxílio às noventa e quatro pessoas consideradas elegíveis**

227 **pela CTOS. Demais encaminhamentos: se a extração de areia for regular, pode-se pagar o auxílio aos**
228 **sessenta e cinco trabalhadores. Quanto aos envolvidos com o turismo em Regência/Linhares, o**
229 **encaminhamento é de se cadastrar quem cumpra os mesmos requisitos previstos no TTAC.** Seguindo a
230 pauta, representante da CTInfra informa que o PAI não será apresentado nessa reunião, em razão dos
231 indicadores de efetividade ainda não terem sido oferecidos pela Renova. Na próxima reunião haverá
232 apresentação da NT e proposta de deliberação. Presidente apresenta proposta de se terminar a reunião hoje
233 nesse momento e reiniciar amanhã às nove horas para apresentação das demais CT's restantes, abrindo-se a
234 reunião às dez horas para as deliberações. Aprovada. A reunião se encerra às dezoito horas e trinta minutos
235 do dia trinta de janeiro de dois mil e dezessete. Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e
236 dezessete, às nove horas, no Auditório nº 2 do Ibama Sede – Brasília/DF, foi retomada a segunda parte da
237 **10ª Reunião Ordinária** do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum
238 regulamentar (lista de presentes anexa), a suplente da Presidente do CIF, cumprimentou todos os presentes e
239 reiniciou aos trabalhos com apresentação da CT FLOR. Apresentação das ações referentes às cláusulas 158 a
240 163, a maioria relativa à recuperação ambiental. Foram realizadas cinco votórias, a última em novembro,
241 cujo relatório está sendo concluído e será apresentado na próxima reunião. Os demais relatórios estão
242 disponíveis no site do Ibama. O sistema de informação WEBGIS está sendo construído e estará no ar em
243 breve, conforme previsão da cláusula 184. Apresentação de todos os documentos relevantes que já foram
244 produzidos pela CT e dos próximos estudos e ações que serão produzidos. A cláusula 163 se destaca pela
245 recuperação das nascentes e pelos viveiros de mudas, objeto da segunda apresentação da CT. Acerca da
246 capacidade produtiva, aproximadamente vinte e oito milhões de mudas serão plantadas em 10 anos, com
247 cerca duas mil mudas por hectare. Prefeito de Mariana pergunta sobre a possibilidade de se fazer viveiros de
248 mudas na área do município. Prefeito de Linhares também menciona o programa municipal “meninos da
249 terra”. Ao final foi apresentada a **proposta de deliberação, a qual reprova o documento enviado pela**
250 **Renova e requer maiores detalhamentos.** Sugestão de análise conjunta com a CTEI. Representante da
251 Renova afirma que não existem casos de viveiros de nativas que sejam economicamente viáveis, por isso
252 deve-se ter cuidado para não se gerar expectativas na população. Projeto Reflorestar do ES também é
253 mencionado. Seguindo a ordem da pauta, o Coordenador da CTBio apresenta as ações referente às cláusulas
254 relativas à CT. Quando à cláusula 164, a Renova solicitou dilação de prazo e a NT está sendo finalizada. Será
255 objeto de deliberação na próxima reunião do CIF. Explicações sobre o monitoramento marinho preconizado
256 na cláusula 165. A CT apontou dois municípios fora da área ambiental para criação do CETAS, mas devido
257 ao impedimento do TTAC, está sendo elaborada NT com proposta de alteração da cláusula 167 do TTAC.
258 Nos dias treze e quatorze de fevereiro será realizado workshop sobre o impacto na fauna terrestre impactada.
259 Posteriormente será definido cronograma para plano de ação para cumprimento da cláusula 168, que
260 provavelmente será objeto de solicitação de dilação de prazo por parte da Renova. Com relação à cláusula
261 181, está sendo elaborada NT única entre Ibama, ICMBio e IEF, com as diretrizes das UC's marinhas até a
262 primeira quinzena de fevereiro, para deliberação do CIF. A criação da APA na foz do rio Doce está em
263 andamento e as audiências públicas deverão ocorrer no primeiro semestre de 2017, em atendimento à
264 cláusula 182. Explicações sobre a Rede, iniciativa entre universidades e a renova, sem que haja participação
265 da CTBio. A CT irá analisar os documentos enviados pela Rede de pesquisadores para a Renova, e a
266 fundação repassará para a CT. Presidente elucida dúvidas quanto a diferença de atuação do ICMBio e da
267 CTBio, no âmbito do TTAC. Discussão sobre a atuação do IEF. Em muitas cláusulas do TTAC estão
268 redigidos os termos “sob orientação” e “sob supervisão” do ICMBio, o que se sugere que seja objeto de
269 análise jurídica, por gerar dúvidas. A questão dos custos dos programas, UC's e APA também é amplamente
270 debatida. Também foi discutida a necessidade da CTBio apresentar síntese do TR primeiramente ao CIF,
271 antes de remetê-lo à Renova, para que sejam apresentados os custos e os benefícios de cada programa, de
272 modo a se aproximar o máximo possível do rito das outras CT's. O TTAC cria confusão com a sobreposição
273 dos órgãos ambientais e a Câmara Técnica. O fluxograma que será aprovado na próxima reunião, colocará
274 regra para as CTs seguirem. Também nessa mesma deliberação será aprovado texto que diferencia e explicita
275 os conceitos “sob orientação” e “sob supervisão” do ICMBio, contidos em cláusulas do TTAC. A
276 representante da ANA destaca o número excessivo de **membros nas CT's, que deveriam ter o número**
277 **limitado por questões operacionais. O número de convidados é ilimitado,** permitindo que todos os
278 prefeitos participem, principalmente via videoconferência. A partir desse ponto, iniciam-se as deliberações.
279 Primeiramente, a **Deliberação 42, que versa sobre a redistribuição dos programas de informação para a**
280 **área ambiental 1, conforme cláusula 15 do TTAC, da CT Saúde para a CT Comunicação. Altera a**
281 **redação dos arts. 11 e 12 da Deliberação 7. Quórum suficiente aprovado. Votação. Aprovada.** Com
282 relação à CT Saúde, o Coordenador ausente enviou a apresentação. Entretanto, não houve apresentação.
283 Representante do CBH-Doce destaca que os demais temas atrelados à essa CT, como Educação, Cultura,

284 Lazer e Informação, poderiam ser separados e criada uma nova CT, deixando a CT Saúde somente para o
285 tema da Saúde. Advertiu que na última reunião havia cerca de cinquenta pessoas, em formato de assembleia,
286 o que atrasa os avanços dessa CT, por integrar temas tão distintos. A sugestão é bem-vinda entre os membros
287 do CIF. Também foi pontuada a possibilidade de separar a CT Indígena, entre os povos indígenas e as demais
288 comunidades tradicionais, como a quilombola. A CT Indígena está avançando lentamente, e os próprios
289 índios não estão sentindo bem representados. Todavia, fica decidido que a CT Indígena não será separada,
290 mas que merece atenção especial do CIF. Seguindo a pauta, a **Deliberação 43**, proposta pela CT SHQA. A
291 coordenadora faz breve relato sobre a Deliberação 41, aprovada na última reunião. Faz informes sobre as
292 últimas e as futuras reuniões. Definição e priorização dos municípios destinatários para alocação dos
293 recursos para saneamento e resíduos sólidos. O percentual de 90% para o tratamento de esgoto e 10% para a
294 destinação do lixo foi mantido, podendo ser flexibilizado no interesse dos municípios que já possuem um ou
295 outro aspecto bem resolvido. Explicações sobre o estabelecimento do teto de valores de cada município.
296 Apresentam-se as regras em que se destacam os municípios de Mariana e Barra Longa, e Colatina, Linhares
297 e Governador Valadares, que sofreram com desabastecimento e alto grau de impacto ambiental, além de
298 possuírem grandes populações. Nova tabela corrigida é exposta a todos, contendo o teto previsto para cada
299 um dos trinta e nove Municípios, somados os valores de esgoto e lixo. Item 5 contém texto que garante a
300 sustentabilidade técnica e econômica dos projetos. A seguir, a ordem de prioridade nas ações de esgotamento
301 sanitário, foi explicitada uma a uma, totalizando cinco. Para hierarquização das ações que estiverem
302 empatadas, será adotado o critério de jusante e montante, dando-se preferência ao segundo. Da mesma
303 maneira foi apresentada a ordem de prioridade para destinação dos resíduos sólidos, com os critérios de
304 desempate, ressaltando que o número de habitantes conforme IBGE 2015 é o último critério de desempate.
305 Por fim, o item 11 prevê que a CT SHQA enviará Ofício aos Municípios, por delegação do CIF, para que os
306 interessados apresentem propostas até o dia 04/04/2017. Registra-se que o representante da Sedurb/ES reitera
307 **pedido de liberação antecipada dos recursos para os municípios que não possuem projetos prontos e**
308 **que necessitam dos recursos para contratar empresas para a elaboração dos projetos.** Prefeito de Rio
309 Doce traz a dúvida sobre a possibilidade de os municípios receberem os recursos e repassarem aos
310 consórcios entre eles e outros municípios não abrangidos pelo TTAC. O CIF não vê empecilho para essa
311 prática. Inclusive o TTAC favorece as soluções integradas e consorciadas para os aterros sanitários. O
312 monitoramento e controle da destinação dos recursos liberados será objeto de auditoria da E&Y, que deverá
313 apresentar o projeto de auditoria. Presidente ressalta que entende que esse programa especificamente não
314 envolve o monitoramento por parte do CIF, sendo apenas para seleção de projetos e repasse de recursos.
315 Existem outros órgãos de controle, como o TCE, que podem fiscalizar esse aspecto. Representante da E&Y
316 solicitou reunião com a CTSHQA, muito bem aceita pela coordenadora. As demandas priorizadas serão os
317 projetos. **Votação. Aprovada.** Próxima na pauta, a **Deliberação 44**, apresentada pela CT FLOR, já teve sua
318 minuta apresentada e discutida. A coordenadora da CT faz breve resumo sobre os viveiros de mudas.
319 Acrescido o último ponto no item 2, objeto de discussão e alteração na redação, incluindo o bioma Mata
320 Atlântica e permitindo a utilização de espécies exóticas como pioneiras. Acrescido o item três, que estabelece
321 o prazo de 60 dias para entrega do novo produto. **Votação. Aprovada.** Por fim, Secretário Executivo informa
322 que na data da reunião do CIF de maio será feriado no ES, sendo necessária nova data para retificação do
323 calendário do CIF. Às doze horas e trinta minutos, a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às
324 treze horas e trinta minutos. Duas propostas de deliberação da CT Rejeitos, apresentadas pelo coordenador
325 da CT. Duas cláusulas específicas foram descumpridas (150, parágrafo 3º e 154). Ambos os prazos eram até
326 o dia 31 de dezembro de 2016. Ontem houve apresentação de todas as obras realizadas para cumprimento de
327 ambas as cláusulas. Primeiramente, a **Deliberação 45**, relativa ao não atendimento da obrigação de realizar a
328 dragagem dos 400 metros do reservatório UHE Risoleta Neves, prevista no parágrafo terceiro da cláusula
329 150, serão aplicadas a multa punitiva e a multa diária, previstas na cláusula 247, parágrafos 4º e 7º. Já houve
330 notificação prévia e recurso da Samarco, solicitando dilação de prazo, que foi negado pelo CIF. A
331 responsabilidade originária e objetiva pelo dano é da Samarco, que descumpriu a cláusula. Essa será a
332 primeira multa a ser aplicada pelo descumprimento do TTAC, via deliberação do CIF. **Registra-se em Ata**
333 **que o CIF prefere a aplicação do parágrafo primeiro da cláusula 250, para a destinação do recurso**
334 **para os programas, marcando reunião com a Samarco para trazer propostas da destinação do recurso.**
335 Cita-se que os valores das multas podem ser aplicados para a destinação dos resíduos sólidos que possui
336 apenas 50 milhões de reais. O coordenador da CT defende que seja aplicada multa diária até que se realize a
337 dragagem efetiva (cumprimento da obrigação). Debate sobre a responsabilidade da Samarco e da Renova no
338 TTAC. O barramento A é essencial para que seja realizada a dragagem. Adicionado novo texto com prazo
339 para abril para que a Samarco apresente proposta de novo cronograma para atendimento dessa cláusula.
340 **Votação. Aprovada.** As duas multas serão aplicadas à Samarco. A **Deliberação 46**, que versa sobre o

341 atendimento parcial da cláusula 154, a qual prevê construção de estruturas emergenciais de contenção de
342 sedimento. Prevê ações, respostas e esclarecimentos no prazo de trinta dias e também no prazo que se finda
343 no dia 15 de abril, em consonância com o disposto na Deliberação 45. O item 3.1.2 foi suprimido. Discussão
344 sobre a gestão eficaz dos resíduos. **Votação. Aprovada.** Em virtude de reunião agendada com a Empraba, os
345 representantes da Renova solicitam antecipação da apresentação na pauta, aceita pela Presidente.
346 Apresentado o balanço do ano de 2016 da Fundação. Inicia dando ênfase ao diálogo social, que pode se
347 realizar por meio do site da Renova e/ou através de contato telefônico, 0800-0312303 Fale Conosco, que
348 registrou cerca de sessenta e cinco mil ligações, sendo que quarenta e cinco mil resultaram em
349 encaminhamentos. Foram realizadas oitocentos e cinquenta reuniões com as comunidades, com
350 aproximadamente trinta mil pessoas envolvidas. Das dezesseis mil famílias impactadas, doze mil famílias já
351 foram cadastradas. Foram geradas vinte e oito mil propostas de indenização, das quais treze mil foram
352 aceitas, com estimativa de que haja trezentas e trinta e cinco mil propostas de indenização. Enfatiza que a
353 Renova vem prestando auxílio à saúde pública e à educação, com todas as escolas impactadas em
354 funcionamento. Um dos desafios para o ano de 2017 é articular de maneira consistente uma relação com os
355 povos indígenas e as comunidades tradicionais. Até o fim de 2016, iniciou-se a recuperação de quinhentas
356 nascentes de rios, um décimo das cinco mil planejadas. Mais de oitenta mil amostras de água foram
357 coletadas, entretanto poucas foram analisadas. Dentre os obstáculos, aponta a indefinição do Plano Diretor
358 para restauração dos quarenta mil hectares impactados. Ressalta que mais da metade das obras de
359 configuração das calhas já foram realizadas, cerca de duzentos e noventa dos quase seiscentos hectares
360 impactados. As obras de sistemas alternativos de água já estão concluídas em dezenove localidades e do
361 sistema de tratamento de água encontram-se finalizadas em onze localidades. Ao final, destaca que a obra da
362 primeira barreira metálica de Candonga está sendo finalizada. Quando aos reassentamentos, informa que a
363 aquisição dos terrenos em Bento Rodrigues foi concretizada, e que a negociação do terreno de Paracatu foi
364 concluída. Em Gesteira que a situação está mais atrasada, devido à dificuldade quanto a documentação dos
365 proprietários. Por fim, ressalta que a busca da integração dos quarenta e um Programas é um dos principais
366 objetivos da Renova para 2017. Retomando o seguimento da pauta, A coordenadora da CTOS apresenta as
367 duas minutas de propostas para deliberação, fazendo uma nova apresentação para maiores esclarecimentos.
368 Explicação sobre os critérios validados na deliberação 39. O lote 001 foi validado e aprovado na deliberação
369 39. Os lotes 002 e 003 foram validados pela CT e são o objeto da **Deliberação 47. Votação. Aprovada.**
370 Retornando à apresentação, sobre a reanálise dos seiscentos e cinquenta e oito casos inelegíveis pela Renova
371 será feita até o dia 07/02/2017. **Deliberação 48:** inclusão de noventa e quatro pessoas no cadastro
372 emergencial para pagamento imediato do benefício, tornando-os elegíveis ao Programa. **Votação. Aprovada.**
373 Questão extra pauta. Fundação deve apresentar resultados das amostras de água e confirmam que amanhã
374 será protocolado por mídia digital. E&Y faz balanço geral de sua participação junto às três CT's já
375 autorizadas, para futuramente atuar em todos os programas previstos no TTAC. E&Y destaca a importância
376 de participar de todas as reuniões das CT's, mesmo que como ouvintes, para estarem cientes do andamento
377 dos programas. E&Y enviará e-mail para o Secretário Executivo do CIF solicitando inclusão de apresentação
378 da auditoria na pauta da próxima reunião do CIF. Representante da Seama/ES entrega formalmente o **Ofício**
379 **nº 35-2017, que requer a inclusão do município de Anchieta/ES no TTAC, como impactado pelo**
380 **desastre do rio Doce.** Votação para a nova data da reunião do CIF no mês de maio, tendo em vista que o dia
381 anteriormente aprovado, 23/05/2017, é feriado estadual no Espírito Santo. Fica acordada a data de 24 e 25 de
382 maio de 2017, quarta e quinta-feira, para a reunião do CIF. A 10ª Reunião Ordinária do CIF se encerra às
383 dezesseis horas e trinta minutos do dia trinta e um de janeiro de 2017.



